

Operação Ianomâmi

A Destruição do Paraíso

Texto de DEBORAH BERMAN
Fotos de RICARDO FUNARI e J. L. BULCÃO

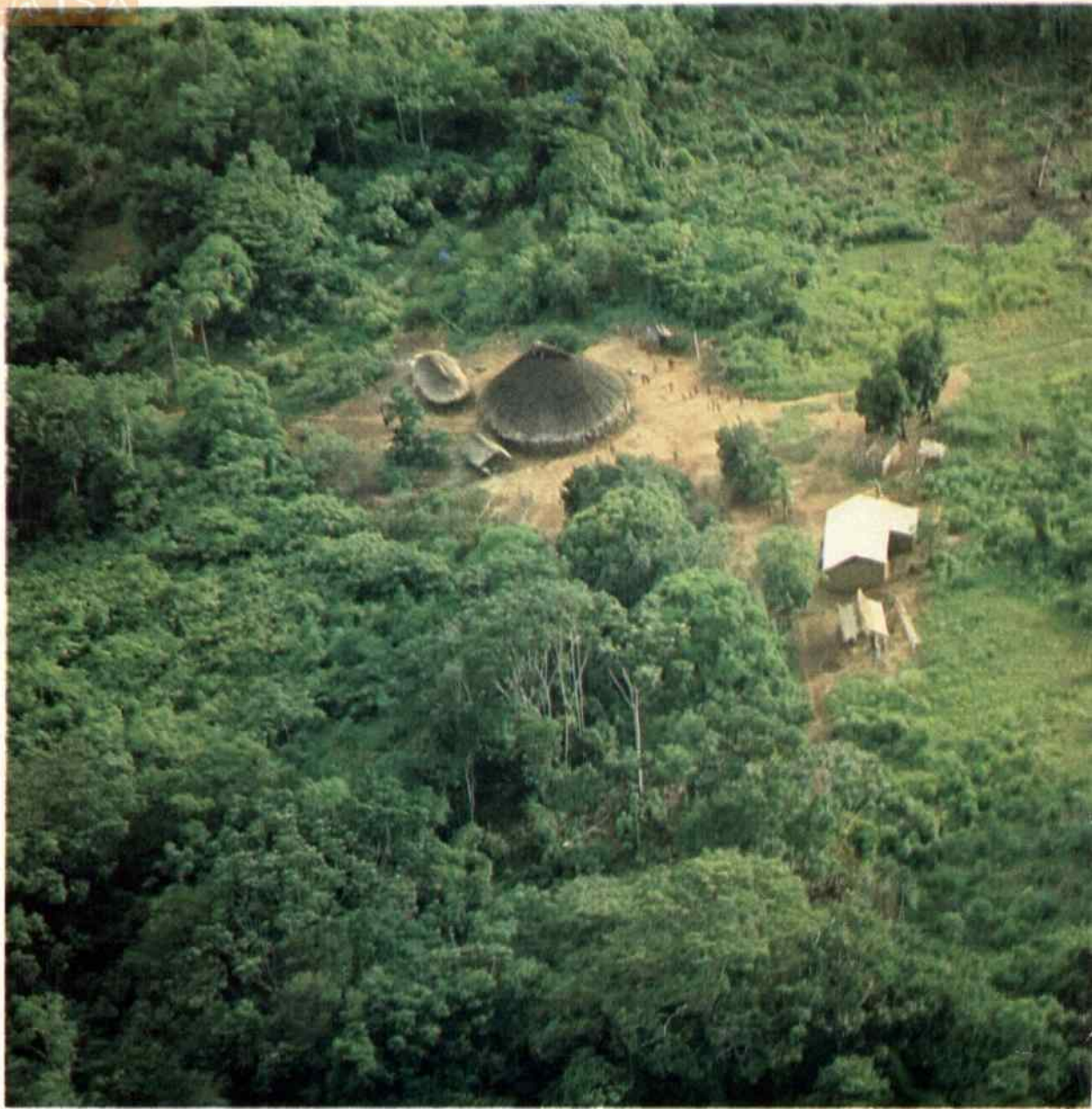


Na pista do Pau Grosso, quatro meses de trabalho renderam ao garimpeiro 20 gramas de ouro. Junto a uma aldeia indígena, ele agora terá de abandonar a região. Na serra do Surucucu, o 4º PEF — Pelotão Especial de Fronteira —, instalado pelo Projeto Calha Norte, protege a maloca ianomâmi da caça ao ouro. As máquinas e equipamentos dos soldados exercem uma atração fatal sobre os índios.



Habitantes naturais da floresta amazônica, os ianomâmis viviam felizes, mantendo uma cultura milenar. Preservados pelo seu próprio isolamento na floresta de Roraima, junto à fronteira do Brasil com a Venezuela, para eles o resto do mundo não representava nada. Como a maioria dos povos do planeta, sentiam-se os únicos, os eleitos. Até que, há cerca de dez anos, o homem branco descobriu as riquezas minerais daquela região. Começou então uma corrida desenfreada atrás de ouro e de cassiterita. No rastro dessa busca, os garimpeiros deixam uma terrível herança de destruição física e cultural, capaz de ameaçar a sobrevivência da maior nação primitiva das Américas.





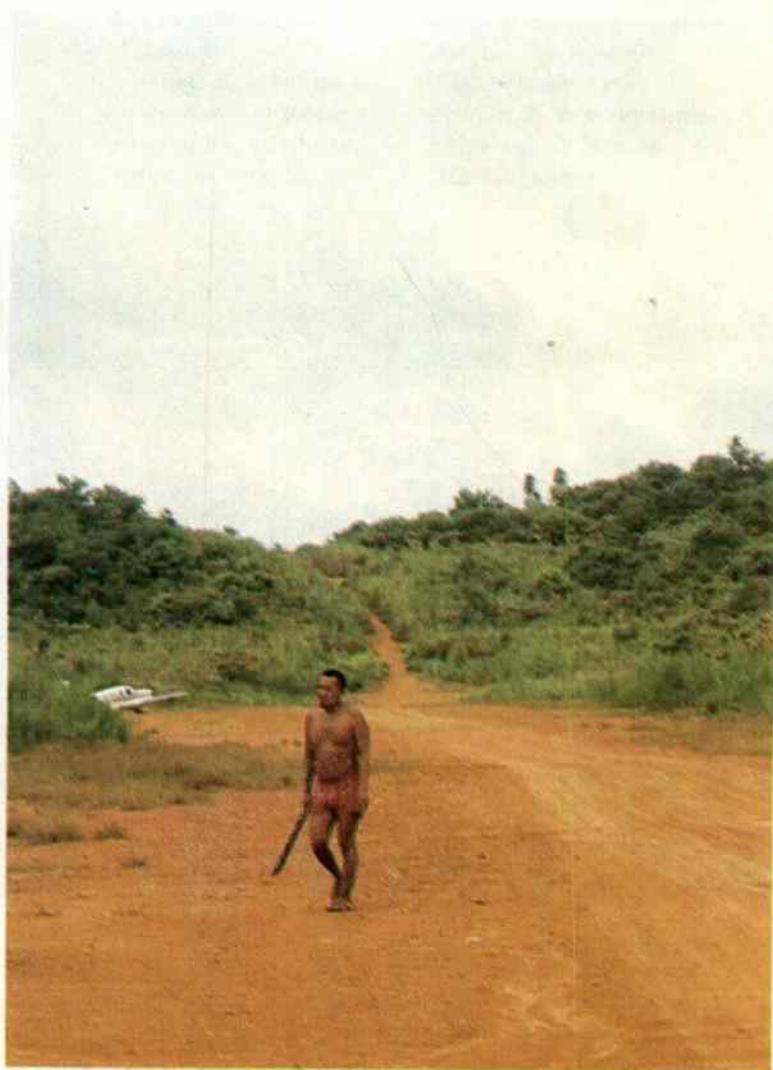
A tragédia dos ianomâmis aparece na cinza com que pintam o rosto em tempo de luto. E hoje a marca está presente em quase todas as aldeias. Com a matemática limitada à expressão de *um, dois e bastante*, Yütû conta que muitos já morreram. Homens, mulheres, crianças e bebês. Mostra as duas mãos abertas para dar uma idéia da quantidade. E fala da malária, da tosse e da tristeza que se abateu sobre a sua nação. Tuxaua, na região do Paapiú, onde a maloca fica à beira de uma pista de pouso que servia aos garimpeiros, é taxa-

tivo: “Eu quero garimpeiro vai embora. Garimpeiro malária, dor, doença. Garimpeiro mau pra índio.”

Os ianomâmis foram visitados por missionários na década de 40. Em seguida, atraídos pela riqueza cultural guardada pela maior nação primitiva das Américas, chegaram os antropólogos e lingüistas. O primeiro registro de garimpos naquela região, entre o antigo Território de Roraima e o Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela, data de 1964. Já em 1968 surgia uma proposta para a criação de



Na região do Paapiú, o acampamento dos garimpeiros se confunde com a maloca, e o barulho dos aviões e helicópteros que servem à atividade de extração mineral já afugentou toda a caça.



uma reserva. Ela foi ignorada e, em meados da década de 70, a construção da Perimetral Norte abriu as portas para a “civilização” e suas doenças, que dizimaram várias comunidades. Reconhecida a ameaça, em 1979 foi fundada a Comissão para a Criação do Parque Ianomâmi, que, na sua luta pelos direitos indígenas, sempre encontrou forte resistência de alguns setores militares, políticos e de grande parte da população branca de Boa Vista.

Desprotegidos e sem terra demarcada, os ianomâmis ficaram à mercê do homem

branco, que há cerca de dez anos descobriu uma Roraima rica em ouro, urânio e cassiterita. Em 1982, o então Ministro do Interior Mário Andreazza assinou uma portaria interditando 7,7 milhões de hectares para a criação da reserva. Três anos depois, os garimpeiros invadiam estas mesmas terras, comandados por José Altino Machado. Em 87 a Funai fechava a reserva para os missionários, antropólogos e grupos privados de médicos que prestavam assistência aos índios. Os garimpeiros tomaram a expulsão como

Os índios freqüentam as cantinas do garimpo atrás de comida e de roupas. Acabam levando junto a malária e toda espécie de doença de branco. Na sua ingenuidade, não conseguem se dar conta do mal de que estão sendo vítimas.

No centro de Boa Vista, José Altino Machado, presidente de honra da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal, comanda a manifestação contra a retirada dos homens das terras indígenas e da floresta nacional.



um sinal verde e invadiram as áreas de forma descontrolada. No ano seguinte, a mesma Funai, então presidida pelo atual governador de Roraima, Romero Jucá Filho, definia a reserva ianomâmi, dividindo-a em 19 “ilhas” isoladas entre si, num total de 2,4 milhões de hectares. Logo depois, o Ministro da Justiça Paulo Brossard encaminhava ao Presidente Sarney um documento relatando a situação do Território. Falava em violência contra os índios, corrupção de funcionários públicos, poluição de rios pelo mercúrio e sonegação de impostos: das dez toneladas de ouro extraídas em dezembro de 1988, apenas 700 quilos foram registrados. Mas em pouco tempo o ministro deixava o cargo, sem que nenhuma providência tivesse sido tomada.

“Nós corremos o risco de ver os ianomâmis desaparecerem”, alerta Dom Aldo Mongiano, bispo de Boa Vista. No eco de sua denúncia, Davi Kopenawa, que recebeu o Prêmio Global 500, da ONU, denuncia: “Meus parentes estão morrendo. A Funai não cuida, o governo não cuida, os garimpeiros trazem a desgraça.”

A verdade é que o povo ianomâmi está mesmo sucumbindo às doenças levadas pelos brancos. Em relatório elaborado pelos médicos da Funai Marcos Antônio Guimarães e José Pereira, a situação parece clara: durante o ano de 1988 foram hospitalizados na Casa do Índio — espécie de hospital em Boa Vista — 227 ianomâmis; em 1989, o total subiu para 646. Somente de outubro a dezembro, 33 índios foram socorridos, com predominân-



cia de casos de malária em grupos do Paapiú e do Mucajaí. Quarenta por cento deles apresentavam outras patologias associadas, como broncopneumonia, gastroenterite com desidratação, infecções respiratórias agudas, verminose e vários graus de desnutrição — diz o documento.

O presidente de honra da Usagal — União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal —, José Altino Machado, se defende: “Quem traz a malária é o mosquito, não o garimpeiro. Além disso, ela é endêmica nesta região e eu já havia alertado as autoridades competentes para a probabilidade de um surto. Ninguém tomou conhecimento.” Acontece que, mesmo transmitida pelo inseto, os casos de doença onde há maior concentração de garimpeiros são evidentes. Ainda de

acordo com o relatório médico da Funai, sabe-se que, nos últimos três anos, a malária nas regiões do Paapiú e do Mucajaí, onde se alojava a maioria dos brancos, vinha aumentando assustadoramente. Levando-se em conta que o número de ianomâmis nestas áreas está em torno de 750 e que em novembro de 1985 não havia sido constatado nenhum caso da doença própria da região, fica confirmada a malária importada pelos garimpeiros. Sem falar nas demais enfermidades, que são consequência direta da falta de fonte protéica própria, normalmente obtida através da caça, da pesca e dos produtos do roçado. É que muitos índios já deixaram de plantar. O barulho dos aviões afugenta a caça e os peixes morrem contaminados pelo mercúrio.



No Mucajaí, a chegada das aeronaves é sempre um espetáculo para os índios. Na pista do Baiano Formiga, os “blefados”, que nunca encontraram ouro, preparam-se para partir; e no Surucucu, o índio Grilo utiliza roupas para combiná-las do jeito que bem quer.



Em fevereiro de 1989 o Presidente Sarney assinou um decreto estabelecendo a reserva conforme a definição da Funai — dividida em 19 “ilhas” — e no mês seguinte criou as florestas nacionais. O Senador Severo Gomes, do PMDB paulista, anunciou que pretendia argüir a inconstitucionalidade da medida. Na mesma época, o Juiz Edgard Antônio Lippman Jr. pediu o indiciamento de Romero Jucá, acusado de envolvimento em negociações de contratos para exploração de madeira em áreas indígenas. O caos estava instalado em Roraima. O número de garimpei-

tra a União, exigindo a interdição das pistas e a expulsão dos garimpeiros das terras dos índios. Já no cargo de governador nomeado do Estado de Roraima, Romero Jucá reúne-se com representantes do governo federal para discutir a regulamentação da exploração mineral. Em outubro, os procuradores da República Eugênio José Aragão e Débora Macedo afirmam que a demarcação feita é inconstitucional e propõem uma nova, que preserve a área contínua da reserva original, com 9,4 milhões de hectares. No dia 20, o juiz da 7ª Vara Federal, Novelty Reis, concede

liminar determinando a interdição da reserva e a expulsão dos garimpeiros até mesmo da floresta nacional. O Congresso, em seguida, libera 55 milhões de cruzados novos para um programa emergencial de saúde e de retirada daqueles homens.

O ano de 1990 chega com um clima tenso em Boa Vista. Estava tudo pronto para a Operação Canaimé, mais tarde batizada de Operação Selya Viva. Temia-se um primeiro tiro capaz de desencadear uma verdadeira guerra. No dia 8, a Polícia Federal interdita al-



Na Casa do Índio, espécie de hospital mantido pela Funai na cidade de Boa Vista, médicos da Aeronáutica prestam sua colaboração à operação Saúde Ianomâmi.

ros, em apenas dois anos, cresceu de 4 a 5 mil para 45 mil. Cento e vinte e seis pistas de pouso servem aos 350 aviões e 30 helicópteros que operam para os garimpos.

A pressão sobre a terra indígena e a ameaça ao povo ianomâmi ganham as páginas dos jornais. Em julho, o Ministério Público Federal entra com uma ação con-

tra algumas pistas de pouso da cidade — quase todas clandestinas —, tentando impedir a remessa de provisões para os garimpos. No dia seguinte, o diretor-geral da Polícia Federal, Delegado Romeu Tuma, chega a Boa Vista e senta-se à mesa, no Palácio 31 de Março — casa do governador —, para participar de uma reunião com representantes do Ibama, Funai, DNPM e garimpeiros. Ao final do encontro, sela um acordo que contraria a decisão judicial, ao determinar que os garimpeiros deveriam deixar a reserva ianomâmi, podendo

transferir-se, num prazo de 90 dias, para três áreas de floresta nacional: a do Catrimani/Couto Magalhães, com 352.075 hectares; do Uraricoera, com 195 mil hectares; e do Uricar/Santa Rosa, com 177.880 hectares. Acontece que o presidente da República, até agora, só assinou a terceira “reserva”, para onde aqueles homens garantem que não vão: “Lá só tem malária. O ouro já acabou”, dizem. Eles preferem a região do Catrimani, onde, garante Chico Bezerra, sertanista com mais de 12 anos de experiência entre os ianomâmis, existem ainda grupos de índios isolados.

A verdade é que não parece fácil garantir a saída dos garimpeiros. Na pista do Baiano Formiga, por exemplo, muitos estão escondidos na mata, esperando a poeira assentar para retornarem. O próprio José Altino afirma ser inexequível a expulsão de toda essa gente. Também o comandante militar da Amazônia, General Antenor Santa Cruz, defende, junto ao governo, a permanência dos garimpeiros. Segundo ele, a sua presença tem importância estratégica para a ocupação do território — um dos fundamentos do Projeto Calha Norte —, e sugere que, deixando as reservas indígenas, sejam transferidos para as florestas.

A briga continua. De um lado, temos a vida de um povo que vinha mantendo sua cultura milenar, graças ao seu próprio isolamento. Do outro, um grande contingente de miseráveis que servem como massa de manobra para os chamados “empresários do garimpo”, na sua luta contra as grandes empresas mineradoras que pretendem instalar-se no local.

Tem razão a antropóloga Cláudia Andujar, membro da Ação Pela Cidadania, para quem a sobrevivência dos ianomâmis depende apenas de vontade política: “Estamos lidando com um povo para quem o mundo de fora não representava nada. Os ianomâmis viviam seus hábitos milenares com alegria. Hoje, esse povo se vê invadido por uma avalanche mortífera e não sabe se defender.”

Enquanto isso não acontece, em muitas aldeias, os índios há três anos não realizam as suas festas. Os mais velhos deixam de ensinar aos mais jovens a sua cultura



Os índios do Paapiú recolhem os objetos abandonados pelos garimpeiros. Mesmo sem falar português, eles já aprenderam o conforto do colchão.

milenar. Muitos xapuris — pajés — afirmam estar perdendo os seus poderes, por não entenderem o que acontece com seus parentes. Nem mesmo os mortos estão sendo homenageados. E, para os que sobrevivem, os garimpeiros vêm deixando uma herança de destruição que levará anos para ser recuperada. □